

## **RAÇA E GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: resistir para garantir. retroceder, jamais!**

**RACE AND GENDER IN BASIC EDUCATION: resist to guarantee. kick back, never!**

**RAZA Y GÉNERO EN LA EDUCACIÓN BÁSICA: resiste a la garantía. contacte, nunca!**

**Tereza Cristina Soares de Sá  
Luciana Santos Leitão**

**Resumo:** A instituição escolar tem cumprido novos papéis na atualidade. No âmbito das relações étnico-raciais, percebemos uma urgência de ações e metodologias emancipatórias nas escolas que dialoguem com a temática e possibilitem a construção de práticas pedagógicas efetivas para o fortalecimento da identidade dos povos excluídos historicamente. Além disso, ao analisarmos a mesma conjuntura e trazendo a mulher negra para o cerne social, confirmamos que o diálogo precisa ser ampliado. O presente trabalho se predispõe a utilizar do cabedal bibliográfico de autores/as que tratam de questões ligadas à educação, identidade, autoafirmação, relações étnico-raciais, entre outras, para analisar o protagonismo de professores/as da Escola Municipal Themístocles Andrade, na cidade de Ilhéus-Ba, levando em consideração o engajamento nas estratégias para a implementação da Lei 10.639/03 oportunizando o debate e traçando um conjunto de ações que proporcionam o entendimento, o reconhecimento, a afirmação e validação da identidade afrodescendente a partir do conhecimento da ancestralidade feminina negra.

**Abstract:** The school institution has received new roles today. In the scope of ethnic-racial relations, we perceive an urgent need for emancipatory actions and methods in schools that dialogue with a theme and enable the construction of effective pedagogical practices to strengthen the identity of historically excluded individuals. In addition, when analyzing the same situation and bringing a black woman to the social, it confirms that the dialogue needs to be expanded. The present work is predisposed to use bibliographies wired by authors / as treatment of issues related to education, identity, self-affirmation, ethnic-racial relations, among others, for analysis or protagonism of teachers / as Escola Municipal Themstocles Andrade, in the city of Ilhéus- Ba, leading in consideration or engagement in strategies for the implementation of Law 10.639 / 03, providing opportunities or debating and executing a set of actions that provide understanding, recognition or affirmation and identity validation after Afro-descendants based on the knowledge of black female ancestry.

**Resumen:** La institución escolar ha recibido nuevos roles hoy. En el ámbito de las relaciones étnico-raciales, percibimos una necesidad urgente de acciones y métodos emancipatorios en las escuelas que dialogan con un tema y permiten la construcción de prácticas pedagógicas efectivas para fortalecer la identidad de las personas históricamente excluidas. Además, al analizar la misma situación y llevar a una mujer negra a lo social, confirma que el diálogo debe ampliarse. El presente trabajo está predispuerto a utilizar bibliografías cableadas por autores / como tratamiento de temas relacionados con educación, identidad, autoafirmación, relaciones étnico-raciales, entre otros, para análisis o protagonismo de docentes / como Escola Municipal Themstocles Andrade, en la ciudad de Ilhéus-Ba, liderando en consideración o involucramiento en estrategias para la implementación de la Ley 10.639 / 03, brindando oportunidades o debatiendo y ejecutando un conjunto de acciones que brindan comprensión, reconocimiento o afirmación y validación de identidad después de los afrodescendientes basados en el conocimiento de la ascendencia femenina negra.

**Palavras-chave:** diversidade; lei 10639/03; práticas educativas; resistência.

**Keywords:** diversity; law 10639/03; educational practices; resistance.

**Palabras clave:** diversidad; ley 10639/03; prácticas educativas; resistencia

## INTRODUÇÃO

*A terra é o meu quilombo,  
o meu espaço é o meu quilombo.  
Onde eu estou, eu estou,  
quando estou, eu sou.*  
- Beatriz Nascimento

Discutir a questão racial no espaço escolar representa uma urgente necessidade para a promoção de uma sociedade igualitária, equânime e plural. Para isso, é importante direcionarmos o debate não apenas para os/as estudantes e professores/as negros/as e pardos/as, que são preteridos dentro de um currículo eurocêntrico, mas principalmente para aqueles/as que têm as suas identidades construídas a partir de um olhar de superioridade e de privilégios.

Pensando como (Apple, 1989, p. 27), acreditamos que “o sistema educacional – exatamente por causa de sua localização no interior de uma trama mais ampla de relações sociais pode constituir um importante terreno no qual ações significativas podem ser desenvolvidas”.

A promulgação da Lei nº 10.639, em 9 de janeiro de 2003, representa um marco histórico nas lutas da população negra pela busca do reconhecimento de suas histórias na formação da sociedade brasileira, valorizando-os como sujeitos construtores desse país.

Por essa perspectiva, pretendemos, neste artigo, apresentar um recorte do nosso trabalho de conclusão do curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Santa Cruz, intitulado A Escola Municipal Themístocles Andrade protagonizando debates no processo de fortalecimento na implementação da lei10639/03, no qual estudamos as ações efetivadas por professores/as da Escola Municipal Themístocles Andrade entre os anos de 2014 a 2018, na execução do Projeto intitulado Mulher Negra: a força que se explica. Esse TCC nos proporcionou coadunar a pesquisa científica e nossas práticas educativas, já que estudamos o nosso ambiente de trabalho.

Por conta disso, acreditamos que esse registro pode fortalecer e incentivar os nossos pares da Educação Básica, já que o atual momento político reivindica o encorajamento de professores/as no enfretamento de discussões ostensivas ao espaço escolar, seja ela de raça/cor, gênero, sexualidade ou de qualquer outra procedência. Assim, podemos constatar que todos os segmentos da escola estão, como bem nos orienta (Santana, 2003, p. 20), “acomodados em concepções de harmonia, de falsas democracias e de falsos discursos que elogiam a diversidade”. Essas orientações nos inquietam, e nos levam a questionar: Quais as

estratégias de motivação para as práticas docentes realizadas na Escola Municipal Themístocles Andrade para desenvolverem projetos que discutam raça e gênero com o intuito de sustentar ações de fortalecimento das identidades afrodescendentes dos/as estudante, mediante os paradoxos da conjuntura política? Essa é a tônica de nossa reflexão.

Sendo assim, para realizar uma pesquisa documental de cunho qualitativo, traçamos uma metodologia baseada no diálogo entre autores/as que tratam das questões aqui discutidas para analisar as práticas educativas realizadas na escola em questão, apontando perspectivas que possibilitem uma melhor dinâmica no que tange às questões de preconceito e principalmente racismo que interferem na afirmação da identidade dos envolvidos no processo educacional. Tomamos como referencial teórico os estudos de (Cavaleiro, 2000), (Freire, 1996), (Gomes, 2004), (Munanga, 1999/2006) e (Silva, 2018), dentre outros que nos oferecem subsídios para uma análise reflexiva a partir de plausíveis documentos pedagógicos e administrativos que a escola nos oferece, como diários de classe, atas de orientação, fotografias, registros na internet, entre outros que corroboram com as práticas pedagógicas acerca das relações étnico-raciais e de gênero estabelecidas no cenário em estudo.

## **RAÇA E GÊNERO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: POR UMA EDUCAÇÃO RESISTENTE**

*Por menos que conte a história,*

*Não te esqueço meu povo,*

*Se Palmares não vive mais,*

*Faremos Palmares de novo*

*José Carlos Limeira*

Discorrer sobre África e africanidade no convívio social é como bradar no deserto: não há repercussão, uma tarefa bastante complexa. Na escola, se não for igual, é bem pior, pois não há validação para os contextos que envolvem a cultura de matriz africana. A lei 10.639/03 vem favorecer a aplicabilidade de um ensino que contemple e legitime a participação do povo negro no processo histórico do país, pois versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Foi a luta do Movimento Negro que garantiu a existência da lei. De acordo com (Gomes, 2017)

[...] o Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e das ações dos seus militantes, elegeu e destacou a educação como um importante

espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social, mesmo em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista. (p. 24 e 25)

Se tratando da questão de gênero, entendemos que o trato é o mesmo, já que este também não é objeto de interesse da escola. É justamente essa atitude omissa com relação às questões da diversidade que transforma o espaço escolar em um campo propício para a introdução de debates e investigações acerca das relações estabelecidas entre os gêneros no âmbito escolar, uma vez que este é reprodutor dos estigmas estabelecidos pela sociedade no que se refere ao tratamento dado às relações homem X mulher.

É importante compreender que a escola não pode se esquivar de abordar esses assuntos, tendo em vista que

O compromisso com a questão racial na escola é de todos nós, negros, brancos e de outros segmentos étnico/raciais. Sobretudo, os professores e as professoras negras não devem furtar-se a esse compromisso. Antes, devem seguir a lição de coragem e ousadia deixada por nossos antepassados africanos. (GOMES, 2004 p.105).

Neste contexto, percebemos que a figura do/a professor/a, elemento crucial na luta pela afirmação da identidade de estudantes negros/as e na efetivação de projetos dessa natureza (que dependem de sua decisão e desempenho), contribuem satisfatoriamente para uma educação multicultural, pois oportunizam o desnudar de preconceitos e visões hegemônicas, combatendo, assim, o racismo, o racismo institucional, o machismo, o sexismo e toda violência simbólica que se projeta no espaço escolar.

O ano de 2018, quando a pesquisa foi efetivada, marcou a quinta versão consecutiva do citado projeto, sempre executado a partir da Escola Municipal Themístocles Andrade, mas se predispondo a extrapolar os muros através de atividades em Universidades e outros ambientes que tratam da questão. O mesmo se predispõe a fomentar a inserção do dia 25 de julho (dia da mulher negra afro-latino-americana e caribenha) no calendário escolar, no intuito principal de dar visibilidade à atuação da mulher negra na sociedade brasileira.

A pesquisa exploratória dos documentos pedagógicos e administrativos revelou-nos que o Projeto contou inicialmente apenas com as seguintes áreas do conhecimento: Língua Portuguesa e Filosofia, tendo o ano de 2014 como marco inicial de sua implementação. Em 2016 contou com a adesão da disciplina Matemática. Em 2018 as de História e Educação Física. Também ficaram evidenciadas pela documentação uma série de atividade estratégicas, a exemplo de : I Encontro de Mulheres sobre as questões negra; exibição de filmes (“cine atitude”); exposição fotográfica: “As vias e as veias da mulher brasileira” (a partir de

pesquisas); participação em eventos acadêmicos (UESC e UFSB), instalação de um mural permanente, destinado aos/às estudantes que atuam no projeto, no qual fazem constantes registros sobre a temática, entre outras.

Esses registros respondem à nossa indagação inicial, nos indicando que as ações são desenvolvidas a partir da iniciativa de professores/as que se predispõem a pesquisar, a buscar materiais e realizar não apenas práticas diferenciadas, mas intervenções. Intervenções, como nos ensina (Paulo Freire, 1996, p.66), “no sentido de aspirar mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, no campo das relações humanas”.

Em nosso entendimento, essas estratégias não são apenas motivadoras, elas representam um fazer pedagógico de resistência que promove, a partir das intervenções, a autoestima dos/as estudantes envolvidos/as, contribuindo para o fortalecimento da identidade negra e para uma nova postura e um novo discurso sobre o respeito às diversidades.

Essa iniciativa certamente muito contribui para a quebra de silêncios sobre os preconceitos, racismos e intransigências que sempre estiveram instalados no meio escolar, pois como nos alerta (Petronilha Silva, 2014, p. 50): “o que vinha sendo exclusiva responsabilidade do Movimento Negro, fortalecer a autoestima das crianças e jovens negros e informá-los de sua cultura e história, agora deve ser assumida também pela escola”. Sabemos que é chegada a hora da escola sair da zona de conforto e “discutir, construir e incrementar suas políticas sobre diversidades culturais e étnico-raciais para evitar as barricadas culturais e buscar o diálogo intercultural”, como afirma (Munanga, 2008, p.2).

Desta forma, entendemos que pensar educação por uma perspectiva dialógica e plural representa uma nova postura e um novo discurso sobre diversidade cultural, sendo obrigação de todos os docentes quebrar o silêncio e a omissão histórica que se solidificou socialmente, concretizando o debate sobre o ensino das relações étnico-raciais e de gênero na escola, que, distante de ser um fardo, representa um desafio na construção de novas perspectivas para a práxis educativa, possibilitando a visibilidade e valorização da pluralidade de identidades .

## CONCLUSÕES

O encontro das diferenças no universo escolar é repleto de constantes conflitos, pois não é permeado pelo respeito, além de não haver uma política educacional que sustente uma prática mais consistente, na qual todos/as estejam significativamente representados. No que se refere à questão racial e de gênero, entendemos não ser mais admissível nesse espaço o silêncio e omissão frente às gritantes ocorrências de hostilidades, preconceitos, discriminações e segregações no interior de nossas escolas.

Falar de um Projeto que trate das questões étnico raciais e validar a importância da lei 10.630/03 num artigo acadêmico é buscar despertar ou salientar a necessidade que ainda urge abordar essas temáticas para que a História brasileira revele heróis de etnias diferentes. A implementação de projetos da natureza do Mulher negra, a força que se explica, tendem a diminuir o hiato entre as práticas pedagógicas efetivadas nas salas de aula e aumentar a consciência da necessidade de mudança de atitude no que se refere às relações étnico-raciais.

A lei vem ressaltar o que o currículo omitiu por muito tempo e favorecer a vinculação de informações históricas que foram ignoradas. Bem mais que os/as forçar a ensinar o conhecimento de África, a lei alerta que há a ocultação da história de um povo dentro de uma nação multicultural. Ela sozinha não resolve todas as questões do descaso histórico, mas tem sido necessária na realização de um trabalho mais digno e diferenciado que alcance muitas pessoas que foram desprestigiadas e deveras maltratadas por leis anteriores. É por conta da lei que contamos com o protagonismo dos/as professores/as da escola em estudo, que continuam resistindo para garantir cada conquista. Entendemos que o protagonismo do/a professor/a na versão de um Projeto reverbera no protagonismo do estudante, que aprende mais sobre a História do Brasil, a História de África e a História de cada um de nós.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. Educação e Poder. Trad. Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: artes médicas, 1989.entender).

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível  
<[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em 20 jun. 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

\_\_\_\_\_.o Movimento Negro Educador: Saberes Construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ:Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele.Por que ensina África na Escola Brasileira Conferência proferida no teatro da Casa do Saber de Camaçari, maio 2008; Disponível em  
<https://terreirodejaua.files.wordpress.com/2009/07/kabengele1.pdf>

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. Professora@s Negr@s: trajetórias e travessias. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Cultura e história dos negros na escola: dificuldades e encaminhamentos.

Disponível em: <[http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/v1/rn\\_edu\\_ant02.htm](http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/v1/rn_edu_ant02.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2018.